

MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

Procedimento CPI/1/CMLP/2022

(Artigo 20.º, n.º 1, a) e artigo 474.º, n.º 3, c) do Código dos Contratos Públicos consagrado no
Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual)

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS NO ÂMBITO DO PROJETO DE REFORÇO DA LINHA DE COMANDO DA PROTEÇÃO CIVIL

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



1. OBJETO DO CONCURSO

O presente procedimento de Concurso Público Internacional tem por objeto a **aquisição de veículos no âmbito do Projeto de Reforço da Linha de Comando da Proteção Civil**, nos termos e condições do caderno de encargos.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

2.1. A Entidade Adjudicante é o MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO, com os seguintes contatos para efeitos do presente procedimento:

2.1.1. Convento de São Francisco, Rua São Francisco S/N, 9930-135 Lajes do Pico;

2.1.2. Telefone: 292 679 700;

2.1.3. Correio Eletrónico: aprovisionamento@cm-lajesdopico.pt.

2.2 A decisão de contratar foi adotada pela Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo de delegação de competências, do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, do executivo camarário, conforme o previsto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e tendo ainda por referência o disposto na alínea f), do n.º 1 do artigo 33.º e no n.º 1 do artigo 34.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, para efeitos do disposto no artigo 36º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

3. PEÇAS DO PROCEDIMENTO E PLATAFORMA ELETRÓNICA

3.1. O presente procedimento é constituído pelas seguintes peças: (i) anúncio do concurso, (ii) presente Programa do Procedimento e seus anexos e (iii) caderno de encargos e seus anexos, as quais, com exceção da minuta do anúncio (ex vi do art. 40º/nº 2 do CCP), foram aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar.

3.2. A entidade adjudicante disponibiliza na respetiva plataforma eletrónica de contratação pública, de forma livre, completa e gratuita, as peças do procedimento, a partir da data da publicação do respetivo anúncio.

3.3. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e referida no número anterior, encontra-se acessível no sítio eletrónico www.acinGov.pt, devendo os interessados proceder ao seu registo na mesma.

3.4. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças do procedimento.

3.5. Os interessados deverão possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada.

3.6. Todas as comunicações e atos praticados no âmbito do presente procedimento deverão ser efetuados através da plataforma eletrónica usada pela entidade adjudicante.

3.7. Constitui responsabilidade dos interessados a conferência dos documentos disponibilizados nos termos dos pontos anteriores, sendo que, nos termos do n.º 5 do artigo 40º do CCP, as

peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica, em caso de divergência.

4. JÚRI

4.1. O Júri do Procedimento é composto por três membros efetivos e dois suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar, e na mesma identificados, como consta do **Anexo I** do presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante.

4.2. O Júri do Procedimento pode designar um secretário de entre o pessoal dos serviços da Entidade Adjudicante.

4.3. Compete ao Júri, nomeadamente:

- a) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos Interessados;
- b) Proceder à apreciação das Propostas;
- c) Elaborar os relatórios de análise das Propostas.

4.4. Compete ainda ao júri exercer as demais competências previstas no artigo 69º do CCP e ainda as competências que lhe forem delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, conforme consta do Anexo I, sem prejuízo da possibilidade de avocação das mesmas.

4.5. Antes do início de funções, os membros do júri e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de propostas, designadamente peritos, subscrevem declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII do CCP.

5. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

5.1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do Caderno de Encargos por si detetados.

5.2. Para efeitos do presente concurso, consideram-se erros e omissões do Caderno de Encargos os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões que não se incluam nas alíneas anteriores.



- 5.3.** A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número anterior e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 5.4.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou até ao prazo fixado no presente programa do procedimento:
- a) O órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri do concurso no caso de delegação de poderes nos termos do artigo 69º/n.º 2, 1ª parte, do CCP, prestará os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 5.5.** O órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
- 5.6.** Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5.5, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64º do CCP.
- 5.7.** Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido, ou todos os interessados registados na plataforma, imediatamente notificados desse facto.
- 5.8.** Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
- 5.9.** A comunicação das retificações ou dos esclarecimentos para além do prazo estabelecido para o efeito no n.º 5.5, desde que o respetivo pedido tenha sido apresentado com observância do prazo previsto no n.º 5.1., justifica a prorrogação do prazo para apresentação das Propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 64º do CCP.
- 5.10.** Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das Propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 64º do CCP.
- 5.11.** A prorrogação do prazo de apresentação de Propostas aproveita a todos os interessados.

6. ADJUDICAÇÃO POR LOTES

- 6.1.** A adjudicação será por lotes, correspondendo cada lote a uma tipologia de equipamentos conforme indicado na Cláusula 3.ª do Caderno de Encargos.
- 6.2.** Os concorrentes poderão apresentar proposta para um ou para mais do que um lote ou para todos os lotes, sendo celebrado **1 contrato por concorrente com o número global de lotes adjudicados ao mesmo.**

7. PREÇO BASE, CONSULTA PRELIMINAR E INDICAÇÃO DO PREÇO

- 7.1.** O preço base do presente procedimento é de 338.120,00 € (trezentos e trinta e oito mil, cento e vinte euros), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, cfr. disposto na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos; e por lote, não pode exceder os montantes indicados no quadro que se segue:

| N.º Sequencial do Lote | Designação do Lote | Preço base por lote S/IVA |
|------------------------|--|---------------------------|
| Lote 1 | Autotanque – Veículo Florestal de Combate a Incêndio | 155.000,00 € |
| Lote 2 | Camião Basculante com Grua | 65.300,00 € |
| Lote 3 | Retroescavadora | 85.000,00 € |
| Lote 4 | Carrinha 4x4 Pick Up | 32.820,00 € |

- 7.2.** Para definição do Preço Base, considerando o dever de fundamentação previsto no n.º 3 do artigo 47º do CCP, a Entidade Adjudicante recorreu a uma consulta preliminar ao mercado, por respeito ao disposto no artigo 35º-A do CCP, sendo que as informações pertinentes encontram-se indicadas no Anexo VI do presente Programa do Procedimento.
- 7.3.** Os preços constantes da proposta são expressos em Euros, indicados em algarismos e não incluem IVA.
- 7.4.** Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 7.5.** Sempre que nas propostas sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais unitários ou não, mais decompostos.

8. IMPEDIMENTOS

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontram em alguma das situações referidas no artigo 55º do CCP, sem prejuízo do previsto no artigo 55.º-A do mesmo diploma.

9. AGRUPAMENTOS

- 9.1.** É permitida a apresentação de Proposta por um Agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre os membros que o compõem exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da Proposta.



- 9.2. Sem prejuízo da constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da Proposta, todos os membros do Agrupamento, e apenas estes, obrigam-se, em caso de adjudicação, a assumir a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, com vista à celebração do contrato objeto do presente procedimento, devendo as entidades que compõem o agrupamento concorrente indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e dela dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.
- 9.3. Os membros de um Agrupamento Concorrente não podem ser concorrentes neste procedimento de forma isolada, nem integrar outro Agrupamento Concorrente.
- 9.4. Todos e cada um dos membros de um Agrupamento Concorrente deverão cumulativamente assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação da proposta, à adjudicação da mesma e à celebração e execução do contrato, se for o caso.
- 9.5. As entidades que compõem o Agrupamento devem designar um Representante Comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente Procedimento, incluindo a assinatura da Proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos por cada uma das entidades que o compõem.

10. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

10.1. A Proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública** e elaborado conforme o indicado no **Anexo IV** do presente Programa do Procedimento, em conformidade com o estabelecido no artigo 57º/nº 6 do CCP, e considerando-se ainda o seguinte:
 - a.1) O Documento Europeu Único de Contratação Pública referido deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - a.2) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, deve ser apresentado **um DEUCP distinto** relativamente a cada **membro** do agrupamento e respetivamente assinado pelos seus legais representantes.
- b) Declaração de Proposta com indicação do **Preço e Prazo de Garantia**, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** do presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante;
- c) **Memória descritiva** com a discriminação dos elementos necessários à avaliação da qualidade técnica da proposta, à qual devem ser juntos os catálogos e fichas técnicas oficiais dos equipamentos, onde sejam indicadas as respetivas características de forma a ser atestado o cumprimento das características, especificações e requisitos técnicos mínimos definidos no Caderno de Encargos;
- d) Declaração dos dados gerais respeitantes ao concorrente utilizando o formulário constante no **Anexo V** deste programa de concurso, que deve ser enviado em ficheiros autónomo com a designação "ANEXO V (denominação do

Concorrente].pdf", na qual indique os dados de informação geral da empresa e o(s) representante(s) do concorrente ou, em caso de agrupamento, o Representante Comum, incluindo endereço, telefone e email;

- e) Certidão comercial (ou código de acesso) ou documento eletrónico que atribua poderes de vinculação para assinatura da proposta e/ou de submissão na plataforma eletrónica;
 - f) Declaração através da qual os terceiros subcontratados, se aplicável, se comprometem, incondicionalmente, a realizar as prestações objeto do contrato a celebrar que lhes incumbem.
 - g) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos dos atributos da sua proposta que importem à execução do contrato;
- 10.1.1.** Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, exceto os documentos técnicos, que podem ser apresentados em língua estrangeira, sem prejuízo da entidade adjudicante, ou o Júri, solicitarem traduções devidamente certificadas em caso de dúvidas.

11. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

- 11.1.** Por motivos de segredo comercial, industrial ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a Proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
- 11.2.** A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a Proposta será notificada aos interessados, pelo júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Propostas.
- 11.3.** Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos pontos anteriores.
- 11.4.** Se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as Propostas, o júri promoverá, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.
- 11.5.** Quando, por força da classificação de documentos que constituem a proposta, não seja possível apresentá-los nos termos e nos prazos previstos para a apresentação das propostas, o júri estabelecerá, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.
- 11.6.** A entidade adjudicante não deve divulgar as informações constantes dos documentos classificados das propostas.
- 11.7.** A entidade adjudicante pode impor aos concorrentes requisitos destinados a proteger as informações de natureza confidencial por ela disponibilizadas ao longo do procedimento de formação do contrato público.



12. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 12.1.** As propostas e os documentos que as acompanham devem ser entregues até às 23h 59 do 35º (trigésimo quinto) dia a contar da data de envio do Anúncio para a publicação no Jornal Oficial da União Europeia.
- 12.2.** As propostas e os documentos que as acompanham devem, nos termos do n.º 1 do artigo 62º do CCP, ser apresentados através da plataforma eletrónica acessível no site www.acinGov.pt.

13. PROPOSTAS VARIANTES

No presente Procedimento não é admitida a apresentação de Propostas Variantes.

14. PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 14.1.** O prazo fixado para a apresentação das propostas poderá ser prorrogado nos casos referidos nos n.ºs 5.7., 5.10. e 5.11.
- 14.2.** Nos termos do artigo 64.º do CCP, ainda por pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas poderá ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
- 14.3.** As decisões de prorrogação, nos termos do disposto nos números anteriores, cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se de imediato aviso daquelas decisões através de anúncio.

15. PRAZO DE OBRIGATORIEDADE DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo mínimo de 70 (setenta) dias contados da data de termo do prazo que vier a ser fixada para a apresentação das propostas.

16. RETIRADA DAS PROPOSTAS

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las através de comunicação à Entidade Adjudicante, sem prejuízo da possibilidade de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

17. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

- 17.1.** No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada através da plataforma de contratação pública referida em 12.2 a lista dos concorrentes, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.
- 17.2.** Os concorrentes podem, na sua área de trabalho, consultar a lista referida no número anterior, bem como todas as propostas apresentadas.
- 17.3.** O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse

facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

18. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

18.1. As Propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e eventuais subfactores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.

18.2. São excluídas as Propostas cuja análise revele, designadamente, e entre outras previstas no CCP:

- a) Que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos e condições, nos termos do disposto na alínea b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 10 a 12 do artigo 49.º do CCP;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
- e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados;
- f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
- h) Que não sejam recebidas dentro do prazo;
- i) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
- j) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- k) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP e no n.º 10 deste Programa;
- l) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou no n.º 1 do artigo 58.º do CCP, e o disposto no n.º 10 deste Programa;
- m) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
- n) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- o) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
- p) Cujos documentos não sejam assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, que, em caso de processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, não possuam a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada em cada um dos documentos que os constituem.



- q) Que, em caso de serem assinadas com recurso a certificado digital que não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, não sejam acompanhadas de certidão comercial ou documento indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

19. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS QUE AS ACOMPANHAM

- 19.1.** O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as Propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
- 19.2.** Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70º do CCP.
- 19.3.** O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
- 19.4.** O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 19.5.** Os pedidos do júri formulados nos termos dos números anteriores, bem como as respetivas respostas serão disponibilizados nos mesmos termos do previsto no ponto 5.8., devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

20. LEILÃO ELETRÓNICO

Não haverá lugar a leilão eletrónico

21. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 21.1.** O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multi-fator de **melhor relação qualidade-preço**, com base nos seguintes fatores e subfatores de apreciação e respetivas ponderações:

K1 – Preço 65%

K2 – Período de garantia 35%

A proposta economicamente mais vantajosa, resultará da aplicação da ponderação dos fatores supra enunciados, de acordo com a fórmula abaixo indicada:

$$K = (0,65 \times K1) + (0,35 \times K2)$$

Da aplicação da fórmula anteriormente referida, resulta uma pontuação global entre 0 (zero) e 20 (vinte) pontos, sendo considerada a proposta economicamente mais vantajosa aquela cuja pontuação se encontrar mais próxima ou coincida com o valor máximo de 20 (vinte).

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, a duas casas decimais (se o terceiro algarismo depois da vírgula for inferior a 5, o segundo algarismo depois da vírgula mantém-se inalterado; se o terceiro algarismo depois da vírgula for igual ou superior a 5, o segundo algarismo depois da vírgula é alterado para a unidade mais próxima).

K1) AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO”

K1 – Densificação do fator “Preço” (65%) e respetiva pontuação parcial:

Da avaliação do fator “preço” resultará uma pontuação compreendida entre um valor mínimo de 0 (zero) e um máximo de 20 (vinte), de acordo com a seguinte fórmula:

$$K1 = (Pb - Pp) / Pp \times 20$$

Em que:

Pb = Preço base

Pp = Preço da proposta objeto de avaliação

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede é arredondada, por defeito ou por excesso, a duas casas decimais.

K2) AVALIAÇÃO DO FATOR “Período de garantia”

K2 – Densificação do fator “Período de garantia” (35%) e respetiva pontuação parcial:

Período de garantia de 2 anos..... pontuação 0

Período de garantia, incluindo extensão a 4 anos, inclusive pontuação 10

Período de garantia, incluindo extensão a mais de 4 anos pontuação 20

21.2. No caso de se verificar um empate na pontuação global das propostas, serão considerados como critérios de desempate a melhor pontuação obtida em cada um dos fatores e subfactores a seguir indicados, por ordem decrescente de importância:

A) FATORES:

1) K1 Preço;

3) K2 – Período de garantia;

Caso ainda se mantenha o empate, o desempate será feito mediante sorteio a realizar na presença dos representantes legais dos concorrentes que apresentaram as propostas empatadas e em ato público [cujo dia, hora e local serão comunicados pelo júri do procedimento com uma antecedência de 5 (cinco) dias úteis], e que seguirá o seguinte formalismo:



O sorteio será feito pelo júri do concurso, mediante o sistema de aposição em boletim de papel, posteriormente dobrado em 4, contendo os nomes/identificação social dos concorrentes empatados, e seu depósito em urna ou em saco de pano ou papel, sempre opacos-escuros de modo a preservar-se a idoneidade do sorteio; e serão os próprios representantes dos concorrentes quem, à vez, retirarão da urna ou do saco, cada um, 1 boletim - a começar pelo concorrente cujo nome ou designação social iniciar com a letra do alfabeto latino-português mais aproximada da primeira ou por esta própria - letra A). O primeiro boletim identificará o concorrente vencedor, sendo de seguida retirados os restantes boletins, confirmando-se assim que todos os concorrentes empatados estavam considerados no sorteio. Do ato público do sorteio, será elaborada a respetiva ata.

22. RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

21.1. Após a análise das Propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar de Análise das Propostas, no qual propõe a ordenação das mesmas.

21.2. O júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146º do CCP.

21.3. Do Relatório Preliminar constará ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos previstos no presente Programa do procedimento.

23. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar, o júri disponibiliza-o na plataforma eletrónica a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

24. RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

24.1. Cumprido o disposto no ponto anterior, o Júri elabora um Relatório Final de Análise das Propostas, fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de Propostas iniciais se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.

24.2. No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das Propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no ponto anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no ponto anterior.

24.3. O Relatório Final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

24.4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

25. DEVER DE ADJUDICAÇÃO

Sem prejuízo do disposto no ponto 26., o órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de adjudicação e notificará-la aos concorrentes até ao termo do prazo fixado para manutenção das Propostas, podendo, por motivo devidamente justificado, ser esta decisão tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido.

26. CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO OU DE ESPECIAL CONDICIONAMENTO DA ADJUDICAÇÃO

26.1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado Proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas, sem prejuízo do disposto no n.º 6 do artigo 70.º do CCP, no que respeita às propostas, e considerando o estabelecido na alínea a) do nº 1 do artigo 74º do mesmo Código;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;

26.2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes, e implica a revogação da decisão de contratar, nos termos do artigo 80º do CCP.

26.3. No caso da alínea c) do nº 1 do art. 79º do CCP, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

26.4. Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do nº 1 do art. 79º do CCP, a entidade adjudicante deve indemnizar os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

27. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

27.1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes, indicando-se o prazo de suspensão previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 104º do CCP.

27.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para, em 10 dias:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81º do CCP;
- b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;

27.3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.



28. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PRAZO E MODO DA SUA APRESENTAÇÃO

28.1. O adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica de contratação referida em 12.2, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- a) Declaração do concorrente de inexistência de impedimentos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo III ao presente Programa, do qual faz parte integrante, que deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55º do Código dos Contratos Públicos relativamente ao concorrente (pessoa individual ou coletiva) e aos gerentes ou administradores em efetividade de funções;
- c) Certidão comercial atualizada, se a que foi apresentada com a proposta já não estiver válida;

28.2 Para efeitos do disposto no ponto anterior, o adjudicatário deve aceder ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação referida em 12.2, anexar os documentos exigidos e assinar cada documento com assinatura eletrónica qualificada.

28.3 Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos no número anterior, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

28.4 No caso de, na ordem jurídica do país de origem do concorrente, não existir documento idêntico a qualquer um dos requeridos, pode o mesmo ser substituído por declaração sob compromisso de honra feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.

28.5 As declarações referidas nos números anteriores deverão ser assinadas pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

28.6 São prova bastante do cumprimento da alínea b) do ponto 28.1 os documentos referidos no art.º 83º-A do Código dos Contratos Públicos.

28.7 Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira.

28.8 Quando os documentos a que se refere o ponto 28.1 se encontrem disponíveis na Internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio eletrónico onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

28.9 No caso de se verificar alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados que impliquem a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante

concederá um prazo de 5 (cinco) dias úteis ao adjudicatário para a respetiva supressão.

28.8 O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

29. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS

Quando o adjudicatário por um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos no nº 1 do artigo 81º do CCP, devem ser apresentados por todos os seus membros.

30. NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

30.1. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

30.2. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e identificada no presente programa do procedimento.

31. CAUÇÃO

1.1. Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, incluindo as relativas ao pagamento das penalidades contratuais, o adjudicatário, no prazo DE 10 DIAS a contar da notificação para o efeito, prestará uma caução de 2% (dois por cento) do preço contratual, nos termos definidos no artigo 34º do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro.

1.2. A caução prestada pelo cocontratante pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, designadamente as seguintes:

- a) Sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no contrato;
- b) Prejuízos incorridos pelo contraente público, por força do incumprimento do contrato;
- c) Importâncias fixadas no contrato a título de cláusulas penais.

1.3. A execução parcial ou total de caução prestada pelo cocontratante implica a renovação do respetivo valor, no prazo de 15 dias após a notificação pelo contraente público para esse efeito.

1.4. A execução indevida da caução confere ao cocontratante o direito a indemnização pelos prejuízos daí advenientes.

1.5. A caução será liberada nos termos do correspondentemente aplicável no artigo 295º do CCP.



32. MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

- 32.1.** O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação para o efeito, devendo comprovar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente.
- 32.2.** A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme minuta constante do Anexo VII do presente Programa do Procedimento.
- 32.3.** O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Entidade Adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.
- 32.4.** Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90 % dessa média.
- 32.5.** Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deverá apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento, à primeira solicitação, sem quaisquer reservas quanto a este aspeto, de quaisquer importâncias exigidas pela Entidade Adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
- 32.6.** Tratando-se de seguro-caução, o adjudicatário deverá apresentar apólice pela qual a seguradora assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato, à primeira solicitação, sem quaisquer reservas quanto a este aspeto, quaisquer importâncias exigidas pela Entidade Adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 32.7.** Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não poderá, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da Entidade Adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
- 32.8.** Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

33. NÃO PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

- 33.1.** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.
- 33.2.** No caso previsto no número anterior e sem prejuízo do disposto no ponto 25. do presente Programa do Procedimento, o órgão da entidade adjudicante competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

33.3. A NÃO PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO PELO ADJUDICATÁRIO, SERÁ IMEDIATAMENTE COMUNICADA AO INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO, I. P.,

34. MINUTA E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

34.1. A minuta do contrato é aprovada pela Entidade Adjudicante, ATRAVÉS DA ELABORAÇÃO DE UM CLAUSULADO EM SUPORTE INFORMÁTICO, em obediência ao disposto no artigo 96º, do Código dos Contratos Públicos.

34.2. Da minuta do Contrato devem constar expressamente os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos expressamente pela Entidade Adjudicante do contrato que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos.

34.3. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- b) Confirmados os compromissos referidos na alínea b) do ponto 25.4 deste programa de concurso;

34.4. A Entidade Adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 dias, a data e hora limite para outorga do contrato.

35. ENCARGOS DO CONCORRENTE

São encargos do concorrente, todas as despesas inerentes à elaboração da proposta e celebração do contrato.

36. COMUNICAÇÕES

36.1. As comunicações relacionadas com o presente procedimento de contratação no que diz respeito a pedidos e resposta a esclarecimentos, listas de erros e omissões e apresentação de propostas serão efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação **AcinGov**.

36.2. As restantes comunicações serão preferencialmente efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação **AcinGov**, sem prejuízo do disposto nos art.ºs 468º e 469º do CCP.

36.3. Salvo quando referido em contrário neste Programa de Procedimento, todas as comunicações, declarações e documentos relacionados com o presente procedimento serão efetuados em português, sendo igualmente redigido em língua portuguesa o contrato a celebrar.



37. GESTOR DO CONTRATO

Nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 96º, n.º 1, al. i) e 290º-A do CCP, com a sua atual redação, a fase de execução do contrato será acompanhada por um gestor do contrato, cuja identificação constará do contrato a celebrar.

38. NORMAS APLICÁVEIS

Ao presente procedimento e, bem assim, em todo o omissso no presente Programa do Procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação; e ainda, quanto a especificidades próprias da Região Autónoma dos Açores, no Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, com a redação do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A, de 6 de agosto, consoante a situação em concreto - considerando-se ainda o acórdão nº233/2018, de 2 de maio, do tribunal constitucional; e o acórdão nº 19/2017, de 11 de julho, do tribunal de contas, que julgaram organicamente inconstitucional, no que tange ao fornecimento, à aquisição de serviços e à locação de bens móveis, do diploma regional da contratação pública, DLR nº 27/2015/A, de 29/12, e ripristinando a vigência do DLR nº 34/2008/A, de 28/7, com a redação do DLR nº 15/2009/A, de 6/8.

ANEXO I

[A que se refere o ponto 4.1. do Programa do Procedimento]

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO CONCURSO

Por despacho da Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico, datada de 19 de abril de 2022 ao abrigo de competências próprias, foi designado o Júri do presente Procedimento, o qual é composto pelos seguintes elementos:

1. **Presidente:** Manuel dos Santos Pimentel, Vice-Presidente do Município como Presidente do Júri;
2. **Membro Efetivo:** Amílcar Sérgio Oliveira Goulart, Vereador do Município das Lajes do Pico, que substitui o júri nas suas faltas e impedimentos;
3. **Membro Efetivo:** Mariline Raposo da Silva, Técnica Superior no Serviço de Apoio Jurídico;
4. **Membro Suplente:** Berta Luísa Pimentel Bettencourt, Assistente Técnica na Unidade Administrativa e Financeira;
5. **Membro Suplente:** Filipe José Brum Fernandes, Técnico Superior na Unidade Administrativa e Financeira.

Ao Júri foi especialmente delegada a competência para prestar esclarecimentos na fase de decurso do prazo de apresentação de propostas, nos termos do nº 2 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos.



Anexo II

MODELO DA PROPOSTA

..... (nome/denominação social do concorrente; NIF/NIPC; morada/sede) concorrente ao Concurso Público para adjudicação da AQUISIÇÃO DE ...), representada neste ato por (se aplicável¹ /nome/NIF/morada), com poderes bastantes, obriga-se a fornecer o referido bem, de acordo com as seguintes condições:

a) Lote e Preço respetivo: € (algarismos e extenso), valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;

b) Prazo de Garantia: (algarismos e extenso) anos;

Mais se declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local.....

Data....

Assinatura....

¹ Aplicável no caso de se tratar de uma pessoa coletiva

ANEXO III

[A que se refere a alínea a) do ponto 27.1 do Programa do Procedimento e a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP]

MODELO DE DECLARAÇÃO

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO IV

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

[Referido em 10.1.a) do Programa do Procedimento]

O procedimento relativo ao DEUCP, de formato eletrónico, é executado na área específica do Portal da Comissão Europeia no seguinte endereço eletrónico:

<https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>

1. Informa-se que a **entidade adjudicante** já pré-preencheu o DEUCP nas partes que lhe dizem respeito:

- a) A **Parte I (Informações sobre o procedimento de contratação e a entidade adjudicante)**;
- b) A **Parte III (Motivos de exclusão)**, assinalando outros motivos de exclusão aplicáveis em Portugal, se for o caso;
- c) A **Parte IV (Critérios de seleção)**, se for o caso.

2. Cada **concorrente** deve completar o preenchimento do DEUCP com as informações que lhe digam respeito, designadamente:

- a) A **Parte II (Informações sobre o operador económico)**;
- b) A **Parte III (Motivos de exclusão)**;
- c) A **Parte IV (Critérios de seleção)**, se for o caso;
- d) A **Parte V (Redução do número de candidatos qualificados)**, se for o caso;
- e) A **Parte VI (Declarações finais)**.

3. Para o efeito, deve aceder ao endereço supra referido e seguir os seguintes passos:

- Selecionar *"Português"*
- Selecionar a opção *"Sou um operador económico"*
- Seleccionar a opção *"Importar um DEUCP"* e importar o ficheiro *"espd-request.XML"* localizado na pasta *"espd-request"* fornecidas juntamente com as restantes peças do procedimento;
- Preencher os campos que lhe dizem respeito;
- Na última etapa de preenchimento (*"TERMINAR"*), deverão seleccionar a opção *"Visão geral"*;
- De seguida, seleccionar *"descarregar em"* e escolher *"formato PDF"*;

- Deverão imprimir o PDF e assinar, de acordo com o estabelecido em 10.1/b) **do Programa do Procedimento.**

Juntam-se ainda a CIRCULAR INFORMATIVA Nº 01/IMPIC/2016 e o respetivo anexo, documento “FAQ”, sobre o DEUCP.



ANEXO V

Informação Geral da Empresa

[Referido 10.1.b) do Programa do Procedimento]

A1. Identificação do Concorrente (se Agrupamento, identificação da cabeça do Agrupamento)

Denominação Social:

Morada (Sede Fiscal):

Localidade:

Código Postal:

País:

NIF:

Capital Social:

Matrícula Cons. Reg. Comercial de:

Sob o Número:

CAE Nº:

Código NUTS:

Concorre em Agrupamento: (SIM/NÃO)

(Se indicou "Sim", indique os NIF's associados:)

| Denominação | NIF | Função no Agrupamento |
|-------------|-----|-----------------------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

A2. Identificação dos Órgãos Sociais

| Entidade | Nome do Representante | Função | BI/CC / Passaporte | Telefone | E-mail |
|----------|-----------------------|--------|-----------------------|----------|--------|
| | | | | | |

A3. Dados de Contacto para o Concurso

Responsável de Contacto:

Cargo do Responsável:

Contacto Telefónico:

E-mail:

ANEXO VI

CONSULTA PRELIMINAR AO MERCADO – Artigo 35º-A do CCP – Comunicações

Foram realizadas consultas informais a vários fornecedores dos bens a adquirir, de forma a averiguar da melhor solução para dar resposta às necessidades do Município das Lajes do Pico, de acordo com o Anexo II do Caderno de Encargos do procedimento.

ANEXO VII

MODELOS DE CAUÇÃO

A)

GARANTIA BANCÁRIA

Ao Exmo. Senhor [representante legal da Entidade Adjudicante]:

Nos termos e para os efeitos dos artigos 43º e 44º do Programa do Procedimento relativo ao “Concurso Público para a Celebração do Contrato de[identificar o procedimento]” (doravante o “Programa do Procedimento”), o [banco], pessoa colectiva n.º [.....], com sede em [.....], matriculado na Conservatória do Registo Comercial de [.....] sob o n.º [.....], com o capital social de [.....] (o “Garante”), vem prestar, a pedido e por conta de [identificação completa do Concorrente] (o “Ordenante”), com sede em [.....], a presente garantia bancária no valor de € ... (..... euros), [2% do valor da adjudicação], a favor da [Entidade Adjudicante] enquanto entidade contratante (o “Beneficiário”), em garantia do bom e pontual cumprimento pelo Ordenante de todas e quaisquer obrigações decorrentes da sua qualidade de adjudicatário no acima referido concurso público.

Consequentemente, pela presente obriga-se o Garante a pagar, na qualidade de principal pagador e, em consequência, com expressa renúncia, incondicional e sem reservas, ao privilégio de excussão prévia do património do Ordenante, à primeira solicitação, sem quaisquer reservas e até ao montante máximo garantido nos termos da presente garantia bancária, todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas, por simples notificação escrita, pelo Beneficiário da presente garantia.

A presente garantia constitui uma obrigação directa do Garante, é autónoma, incondicional, irrevogável e à primeira solicitação, comprometendo-se o Garante a proceder ao pagamento de quaisquer quantias ao Beneficiário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após recebimento de notificação para o efeito efectuada pelo Beneficiário, por crédito e em Euro na conta bancária indicada naquela notificação.



O Garante reconhece e aceita expressamente não poder opor qualquer reclamação, de direito ou de facto, ou por qualquer outra forma questionar a justeza ou fundamento do pedido de pagamento atrás referido ou a sua conformidade com o disposto no Programa do Procedimento ou em quaisquer outros documentos do respectivo concurso público, reconhecendo ainda que tal pedido de pagamento constituirá comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que o montante reclamado pelo Beneficiário é devido ao abrigo desta garantia.

Tanto o Garante como o Ordenante expressamente reconhecem e aceitam que a presente garantia só poderá ser alterada com o acordo expresso e escrito do Beneficiário.

A presente garantia é válida a partir da data da adjudicação do referido concurso e manter-se-á em vigor até ser cancelada pelo Beneficiário, através de comunicação escrita para o efeito remetida pelo mesmo ao Garante, de acordo com o disposto no artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, com a sua atual redação, e ainda de acordo com as especificidades resultantes do disposto nos arts. 42º e segs. do Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de Julho, e considerando o estabelecido no artigo 34º do diploma que aprova o Orçamento da RAA para 2022 (Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro), não podendo a presente garantia ser cancelada, anulada, ou por qualquer outra forma extinta, exceto por virtude desta comunicação, independentemente da falta de pagamento de quaisquer quantias, de liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos ao Garante.

Quaisquer despesas decorrentes desta garantia bancária, designadamente prémios e comissões, correm por conta do Ordenante.

[Local e Data]

[Assinatura reconhecida na qualidade]

B)

SEGURO-CAUÇÃO

Ao Exmo. Senhor [representante legal da Entidade Adjudicante]:

Nos termos e para os efeitos dos artigos 43º e 45º do Programa do Procedimento relativo ao “Concurso Público para a Celebração do Contrato de[identificar o procedimento]” (doravante o “Programa do Procedimento”), a [Companhia de Seguros], pessoa coletiva n.º [.....], com sede em [.....], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [.....] sob o n.º [.....], com o capital social de [.....] (a “Seguradora”), vem prestar, a pedido de [identificação completa do Concorrente] (o “Segurado”), com sede em [.....], o presente seguro-caução no valor de € ... (.....) [2% do valor da adjudicação], a favor da [Entidade Adjudicante] enquanto entidade contratante (o “Tomador”), em caução do bom e pontual cumprimento pelo Segurado de todas e quaisquer obrigações decorrentes da sua qualidade de concorrente no acima referido concurso público, conforme o disposto no Programa do Procedimento, nos termos seguintes:

1. O presente seguro-caução constitui uma obrigação direta da Seguradora, incondicional, irrevogável e à primeira solicitação, comprometendo-se a Seguradora a proceder ao pagamento de quaisquer quantias ao Tomador, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após receção de simples notificação escrita para o efeito efetuada pelo Tomador, por crédito e em Euro na conta bancária indicada naquela notificação;
2. A Seguradora reconhece e aceita expressamente não poder opor qualquer reclamação, de direito ou de facto, ou por qualquer outra forma questionar a justeza ou fundamento do pedido de pagamento atrás referido ou a sua conformidade com o disposto no Programa do Procedimento ou em quaisquer outros documentos do respetivo concurso público, reconhecendo ainda que tal pedido de pagamento constituirá comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro

documento, de que o montante reclamado pelo Tomador é devido ao abrigo deste seguro-caução;

3. Tanto a Seguradora como o Segurado expressamente reconhecem e aceitam que o presente seguro-caução só poderá ser alterado com o acordo expresso e escrito do Tomador;

O presente seguro-caução é válido a partir da data da adjudicação do concurso e manter-se-á em vigor até ser cancelado pelo Tomador, através de comunicação escrita para o efeito remetida pelo mesmo à Seguradora, de acordo com o disposto no artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, com a sua atual redação, e ainda de acordo com as especificidades resultantes do disposto nos arts. 42º e segs. do Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de Julho, e considerando o estabelecido no artigo 34º do diploma que aprova o Orçamento da RAA para 2022 (Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro), não podendo o presente seguro-caução ser cancelado, anulado, ou por qualquer outra forma extinto, exceto por virtude desta comunicação, independentemente da falta de pagamento de quaisquer quantias, de liquidação de quaisquer prémios ou despesas que sejam devidos à Seguradora;

4. Quaisquer despesas decorrentes deste seguro-caução, designadamente prémios e comissões, correm por conta do Segurado.

[Local e Data]

[Assinatura reconhecida na qualidade]

c)

DEPÓSITO EM DINHEIRO OU TÍTULOS

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros.: €

Vai (nome do adjudicatário), com sede em (morada), depositar na (sede, filial, agência ou delegação) do Banco a quantia de (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos (eliminar o que não interessa) como caução exigida para a realização da empreitada de (identificação do procedimento), nos termos e para os efeitos do disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, com a sua atual redação, e ainda de acordo com as especificidades resultantes do disposto nos arts. 42º e segs. do Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de Julho, e considerando o estabelecido no artigo 34º do diploma que aprova o Orçamento da RAA para 2022 (Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da.....[Entidade Adjudicante]....., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]